



## ARTIGOS E ENSAIOS

**Planejamento e autoavaliação na pós-graduação:  
proximidades e particularidades entre programas  
acadêmicos e profissionais**

*Planning and self-assessment in postgraduate studies: Proximity and particularities between academic and professional programs*

*Planificación y autoevaluación en estudios de posgrado: Similitudes y particularidades entre programas académicos y profesionales*

**Roberta Ferreira Coelho  
de Andrade<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0002-6535-0760](https://orcid.org/0000-0002-6535-0760)  
[robertaferreira@ufam.edu.br](mailto:robertaferreira@ufam.edu.br)

**Aldair Oliveira de  
Andrade<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0001-5205-9766](https://orcid.org/0000-0001-5205-9766)  
[aldairandrade@ufam.edu.br](mailto:aldairandrade@ufam.edu.br)

**Evelyn Barroso Pedrosa<sup>1</sup>**

[orcid.org/0000-0002-1095-6001](https://orcid.org/0000-0002-1095-6001)  
[ebjolie@gmail.com](mailto:ebjolie@gmail.com)

**Recebido em:** 26 out. 2025.

**Aprovado em:** 26 out. 2025.

**Publicado em:** 22 dez. 2025.

**Resumo:** O artigo discute o planejamento e a autoavaliação como ferramentas gerenciais na pós-graduação, tanto nos programas acadêmicos quanto nos profissionais. Parte de pesquisa bibliográfica, documental e de reflexões construídas a partir de vivência empírica na coordenação de programas de pós-graduação. Para exemplificar, são mencionados dois programas da Universidade Federal do Amazonas, sendo um acadêmico e outro profissional. Evidencia-se que tais ferramentas possuem capacidade de redirecionar os rumos dos programas rumo à sua excelência, sem perder de vista suas características particulares.

**Palavras-chave:** planejamento; autoavaliação; pós-graduação.

**Abstract:** The article discusses planning and self-assessment as management tools in graduate studies, both in academic and professional programs. It is based on bibliographic and documentary research and reflections drawn from empirical experience in coordinating graduate programs. Two programs at the Federal University of Amazonas are mentioned as examples, one academic and the other professional. It shows that such tools have the capacity to redirect programs toward excellence without losing sight of their particular characteristics.

**Keywords:** planning; self-assessment; postgraduate studies.

**Resumen:** El artículo analiza la planificación y la autoevaluación como herramientas de gestión en los programas de posgrado, tanto académicos como profesionales. Parte de la investigación bibliográfica, documental y de reflexiones construídas a partir de la experiencia empírica en la coordinación de programas de posgrado. A modo de ejemplo, se mencionan dos programas de la Universidad Federal de Amazonas, uno académico y otro profesional. Se evidencia que estas herramientas tienen la capacidad de redirigir el rumbo de los programas hacia la excelencia, sin perder de vista sus características particulares.

**Palabras clave:** planificación; autoevaluación; programas de posgrado.

**Introdução**

A pós-graduação brasileira trilhou um longo caminho para sua expansão e consolidação, tendo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) como fundamental baluarte. Tanto em nível macro quanto micro, desde as altas instâncias nacionais à di-



<sup>1</sup> Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, Brasil.

nâmica interna dos programas de pós-graduação nos vários recantos do país, o planejamento e a autoavaliação se constituíram e se solidificaram como condições e como ferramentas gerenciais imprescindíveis à ascensão, consolidação, sobrevivência e otimização dos resultados de qualquer programa de pós-graduação.

Como o próprio nome sugere, a autoavaliação é oportunidade de olhar para si, avaliar sua caminhada, reconhecer suas forças e fraquezas, decidir o caminho que pretende percorrer. É pressuposto de todo planejamento. Portanto, planejamento e autoavaliação são peças de uma mesma engrenagem, em relação de reciprocidade e interdependência.

Este artigo põe no centro da arena de discussão o planejamento e a autoavaliação na pós-graduação brasileira, com ponderações sobre particularidades e proximidades entre os programas acadêmicos e profissionais. Iluminada pelo materialismo histórico e dialético, sua redação parte de pesquisa bibliográfica, documental e de reflexões construídas a partir de vivência empírica na coordenação de programas de pós-graduação, com a necessária condução de processos de planejamento, autoavaliação e alimentação de dados na Plataforma Sucupira para a avaliação quadrienal junto à CAPES.

É uma produção filiada ao Grupo de Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia (Estradas), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) e ao Departamento de Serviço Social (DSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Suas pesquisas e, por conseguinte, este artigo contam com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da CAPES.

Para ilustrar a discussão, são mencionados dois programas de pós-graduação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), instituição de ensino localizada no estado do Amazonas, na região norte do Brasil, aos quais se perfilham seus autores. O primeiro é o Programa de Pós-

-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS), um programa acadêmico com 18 anos de existência; o segundo é o Programa de Pós-Graduação Profissional em Filosofia (Prof-Filo), um programa profissional com 8 anos de vida na UFAM.

Sua lógica de construção parte de uma primeira aproximação ao debate sobre planejamento e autoavaliação e sua contribuição para a pós-graduação. Em seguida, faz-se uma breve demarcação das características dos programas acadêmicos e profissionais. Na sequência, é exemplificado como os processos de planejamento e autoavaliação acompanham o PPGSS e o Prof-Filo na UFAM. O artigo contribui na perspectiva de refletir como planejamento e autoavaliação acompanham, orientam e são vivenciados por programas de naturezas distintas, com processos de formação e produção de conhecimento peculiares.

### Planejamento e autoavaliação: desafios à pós-graduação

O planejamento é uma atividade inerente ao ser humano. Como *Homo sapiens*, o ser humano é dotado da capacidade teleológica de antever no seu intelecto o produto que almeja alcançar, antes mesmo de sua consecução. A esse respeito, Marx (2013) já havia nos admoestado quanto ao diferencial teleológico da espécie humana sobre as demais espécies, utilizando das figuras alegóricas da abelha e da aranha para explicar que mesmo um ser humano menos habilidoso – o autor utiliza-se da figura do arquiteto – consegue projetar, traçar caminhos e estratégias para o alcance de seus objetivos.

No espaço acadêmico, o planejamento também é uma ferramenta fundamental, que acompanha todas as atividades de ensino, pesquisa, extensão, administração e produção intelectual. Não faz muito sentido pensar em avanços científicos e formação de qualidade sem o recurso do planejamento. Quando aludimos à pós-graduação, sua imprescindibilidade se avoluma. Isso porque tal nível de formação é repleto de prazos, processos, indicadores de avaliação e uma série

de outras exigências às quais não se consegue responder sem planejamento.

Baptista (2003, p. 13) nos ensina que o planejamento pode ser entendido como um "processo permanente e metódico de abordagem racional e científica, [que] supõe ação contínua sobre um conjunto dinâmico de situações em um determinado momento histórico". A pós-graduação requer a adoção da teleologia, da racionalidade, da previsão, do estabelecimento de metas e estratégias que permitam delinear o caminho necessário ao alcance dos objetivos do processo formativo, que remetem à formação de excelência e à oferta à sociedade de pesquisadores e profissionais aptos a lidar com os desafios do tempo presente.

Para prospectar ações, é imprescindível uma análise situacional, uma leitura de realidade que articule passado, presente e futuro. Esse processo exige a apropriação das ações já desenvolvidas, a identificação de fortalezas e limitações, o conhecimento sobre os recursos humanos e materiais disponíveis, dentre outros quesitos. Aqui salta aos olhos uma ferramenta indispensável que caminha lado a lado com o planejamento: a autoavaliação. Isto é, planejamento e autoavaliação são elementos indissociáveis, interdependentes.

O planejamento e a autoavaliação acompanham a vida pessoal, profissional e institucional. Das ações do dia a dia aos complexos processos institucionais, faz-se necessário planificar, escolher prioridades, avaliar suas condições objetivas e reconhecer seus limites. Isso vale para a organização da despesa familiar, a compra de um imóvel, a inclusão de uma viagem nos planos futuros, a opção por determinada carreira, a escolha por um curso de graduação ou pós-graduação, a decisão sobre ter ou não filhos. Enfim, planejamento e autoavaliação não são propriedade das instituições, tampouco da pós-graduação. Todavia, na pós-graduação, assumem lugar de relevo, à medida que são armas necessárias à consolidação de qualquer programa, seja ele acadêmico ou profissional, o

que implica estabelecer objetivos, traçar metas, designar responsabilidades, eleger indicadores de avaliação.

Sem olhar para a história, para o caminho percorrido, uma análise da realidade pode recair na superficialidade, no universo da pseudoconcreticidade, como nos explicita Kosik (1969). As aparências podem inebriar e confundir os sentidos, podem conduzir à unilateralidade, não permitindo a captação das múltiplas dimensões que determinam e permeiam o fenômeno.

A partir da perspectiva materialista, entendemos que a totalidade é a concreticidade da realidade social, estando o ser humano na condição de sujeito objetivo e histórico-social. Para uma aproximação à concreticidade, é necessário desbravar um importante caminho, que pressupõe um primeiro passo inegociável: a desconstrução da pseudoconcreticidade (com a superação do senso comum, da aparência superficial dos fenômenos); depois, é preciso entender o fenômeno como construção histórica no tempo e no espaço para, finalmente, chegar ou fazer aproximações sucessivas ao fenômeno em suas dimensões objetiva e subjetiva, compreendendo-o como construção histórica implicada por múltiplas determinações. Com isso, há condições de olhar para a realidade como concreto pensado.

É verdade que, ao falar de planejamento e avaliação, precisamos reconhecer que não há uma única forma de fazê-los, há interpretações, vertentes e caminhos distintos. Considerando a orientação do materialismo histórico e dialético, nossa interpretação reconhece a necessidade de admitir planejamento e avaliação como unidades dialéticas, que precisam ser pensadas em sua construção histórica.

Ao aludirmos à pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, não podemos perder de vista que, além de perspectivas, interesses e particularidades de cada instituição, há um regimento nacional que estabelece parâmetros de avaliação a serem adotados por todos os programas. No Brasil, desde 1951, com o nascimento da Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)<sup>2</sup>, a pós-graduação passou a dispor de uma instância responsável por seu disciplinamento, acompanhamento e avaliação no Brasil (CAPES, 2025d).

Em sua caminhada, visualiza-se que o Parecer n. 977, de 3 de dezembro de 1965 (Brasil, 1965), conhecido como "Parecer Sucupira", representou um marco histórico para a organização e a consolidação da pós-graduação no país. Em seu processo de maturação, a pós-graduação consolidou um arcabouço normativo e constituiu espaços de discussão que permitiram a construção de planos nacionais de pós-graduação (PNPG), que traçam os caminhos e as estratégias para a organização e a expansão da pós-graduação no país. O primeiro PNPG (1975-1979) só foi publicado uma década após o Parecer Sucupira, reconhecendo "o planejamento nacional como determinante para a expansão dos cursos" (CAPES, 2025e, p. 26).

Os citados planos normatizam esse nível de formação por determinados períodos, havendo o registro de sete planos, a saber: I PNPG (1975-1979); II PNPG (1982-1985); III PNPG (1986-1989); o IV PNPG não chegou a ser lançado; o V PNPG (2005-2010); VI PNPG (2011-2020). O sétimo foi feito com bastante atraso, sendo publicado apenas em 2025 e disciplinando o período de 2025 a 2029, o que nos indica a existência de um hiato temporal entre o VI e o VII PNPGs. Vislumbra-se que, à exceção do VI PNPG 2011-2020, os demais planos foram quinquenais, em atenção ao Estatuto da CAPES. O PNPG é um documento direcionador do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), constituindo-se uma ferramenta de planejamento estratégico da pós-graduação no cenário brasileiro (CAPES, 2025e).

Em sua trajetória histórica, a pós-graduação brasileira traçou diferentes mecanismos, ferramentas, periodicidades e critérios de avaliação. Por exemplo, de 2007 a 2012, as avaliações foram trienais, com dois períodos avaliativos (2007-2009; 2010-2012). Desde 2013, as avaliações ocorrem

de forma quadrienal (2013-2016; 2017-2020; 2021-2024). Em 2025, teve início o 4º ciclo de avaliação quadrienal, com cobertura até 2028. De 2007 a 2016, utilizou-se a Plataforma Coleta e, desde então, tem sido adotada a Plataforma Sucupira. As plataformas são ferramentas utilizadas para alimentação das informações pelos programas de pós-graduação e também para avaliação dos cursos pelas comissões próprias de avaliação e pelas coordenações das áreas de avaliação na CAPES.

Para direcionamento aos programas, a CAPES estabelece documentos de área e fichas de avaliação, com itens e critérios aplicáveis a cada programa. As áreas de avaliação conduzem processos de discussão com os pares para consideração das particularidades de cada área e eleição dos aspectos a serem aferidos em cada item, que serão os parâmetros ordenadores do trabalho a ser desenvolvido ("Definições e Comentários sobre os Quesitos/Itens"). Desde a avaliação de 2017-2020, a avaliação é orientada por três grandes eixos: a) programa; b) formação; c) impacto na sociedade.

A CAPES tem a responsabilidade de orientar e conduzir o processo de avaliação de permanência dos programas no SNPG. Para tanto, são estabelecidas normativas a serem seguidas pelos programas em todo o país. Para exemplificar, referimos a Portaria CAPES n. 109, de 25 de abril de 2025, que disciplina o processo de Avaliação de Permanência dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* no país. Em anos e quadrienais anteriores, outras normativas também nortearam o processo avaliativo.

Durante a avaliação, busca-se aferir a qualidade de cada programa, sua organização interna, sua lógica de condução da formação, seu quadro docente, a quantidade e a qualidade da produção intelectual da comunidade acadêmica, a excelência da formação e a qualidade dos produtos ofertados à sociedade, bem como suas formas de diálogo, articulação e presença na sociedade.

Na quadrienal 2017-2020, o planejamento e

<sup>2</sup> À época, Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

a autoavaliação passaram a figurar literalmente nas fichas de avaliação como critérios avaliativos. Para orientar esse processo, um Grupo de Trabalho (GT) foi constituído na CAPES e produziu um documento para orientar os programas, intitulado "Autoavaliação de Programas de Pós-Graduação: Grupo de Trabalho" (CAPES, 2019). Na quadrienal 2021-2024, sua preponderância foi enaltecida.

Sendo, então, critérios avaliativos, não podem ser desconsiderados ou subestimados pelos programas. O planejamento e a avaliação não devem ser concebidos como meras etapas burocráticas, mas como oportunidade de perscrutar a realidade de cada programa, oferecendo a oportunidade de trilhar seu próprio caminho, mas sem perder de vista os parâmetros nacionais de avaliação.

Mais do que assinalar fragilidades, a autoavaliação dá ao programa a oportunidade de identificar suas potencialidades, fazer um balanço de sua história e reconhecer seus avanços. Com isso, esse processo ilumina os caminhos para o planejamento estratégico. Isto posto, pode-se assegurar que a autoavaliação alimenta o planejamento, sendo este referencial para a condução da autoavaliação. Ou seja, são ferramentas gerenciais que se retroalimentam (Mangini, 2023).

### Programas acadêmicos e profissionais: breve síntese sobre convergências e particularidades

Os programas de pós-graduação no Brasil têm itinerários, características, objetivos e metodologias plurais, sendo importante reconhecer a diversidade como marca da pós-graduação no país. São dezenas de áreas de avaliação, com critérios internos próprios, que buscam seguir normativas institucionais comuns estabelecidas pela CAPES. Uma distinção relevante tange à natureza dos programas: uns são acadêmicos e outros são profissionais.

O programa de natureza acadêmica constitui-se como um espaço essencial para a formação de pesquisadores e docentes no cenário brasileiro. Esse nível de pós-graduação *stricto sensu* possibilita que os sujeitos desenvolvam competências teórico-metodológicas, habilida-

des técnicas e científicas, e contribuam significativamente para a produção de conhecimento científico. Além disso, configura-se como um espaço preponderante para a iniciação da carreira acadêmica, particularmente no que concerne à prática docente no ensino superior.

De acordo com os dados do Observatório da CAPES (2025b), é possível identificar 3.792 (81,39%) programas acadêmicos sobre 867 (18,61%) profissionais. Embora a modalidade profissional venha se expandindo nos últimos anos, a distribuição evidencia a predominância da modalidade acadêmica na pós-graduação brasileira.

Uma aproximação aos seus fundamentos epistêmicos, seus fundamentos legais, evidencia semelhanças e diferenças entre os programas acadêmicos e profissionais. Ainda que estejam sob a égide de uma mesma estrutura de avaliação norteadas pela CAPES, há distinções fundamentais, se não na estrutura de acompanhamento e avaliação dos órgãos reguladores, nas métricas, em seus processos de funcionalidade, ingressos, permanência, tempo de qualificação ou defesa, jubileamento, perfil docente para credenciamento, credenciamento e descredenciamento.

Nos termos da Portaria Normativa/MEC n. 389, de 23 de março de 2017, o programa profissional é uma modalidade de formação pós-graduada *stricto sensu* que busca realizar a capacitação de profissionais para o exercício qualificado da prática profissional, a transferir conhecimento para a sociedade alinhado aos arranjos produtivos e às demandas do mercado de trabalho, contribuindo com a produtividade das empresas, das organizações públicas e privadas (Brasil, 2017). Visa, ainda, tornar possível a formação de profissionais qualificados pela apropriação e aplicação do conhecimento embasado no rigor metodológico e nos fundamentos científicos, como também possibilitar no processo formativo a incorporação e a atualização permanente dos avanços da ciência e das tecnologias, bem como a capacitação para aplicação desses avanços, tendo como foco a gestão, a produção técnico-científica na pesquisa aplicada e a proposição de inovações e aperfeiçoamentos tecnológicos para

a solução de problemas específicos (Brasil, 2017).

Em reunião no dia 14 de setembro de 1995, a Diretoria da CAPES apresentou a Proposta de Programa de Flexibilização do Modelo de Pós-Graduação em Nível de Mestrado, elaborada a partir do Documento "Mestrado no Brasil – a situação e uma nova Perspectiva" (RBPG, 1995). O Ministério da Educação, através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), publicou a Portaria n. 47 em 17 de outubro de 1995, determinando a implantação na CAPES de procedimentos apropriados a recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado dirigidos à formação profissional (CAPES, 1995).

Por meio da Portaria CAPES n. 209, de 21 de outubro de 2011, a Coordenação aprovou o Regulamento do Programa de Mestrado Profissional para Qualificação de Professores da Rede Pública da Educação Básica (PROEB). Esse programa tem por objetivo estimular a formação continuada de docentes da Educação Básica, na modalidade semipresencial; fomentar a manutenção e o desenvolvimento dos programas nacionais de pós-graduação *stricto sensu* na forma associativa, nas modalidades de mestrado e doutorado profissional, para a formação de professores.

Estão vinculados ao PROEB os seguintes programas de Mestrado Profissional: Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (ProfMat); Mestrado Profissional em Letras

(ProfLetras); Mestrado Profissional em Artes (ProfArtes); Mestrado Profissional em Educação Física (ProEF); Mestrado Profissional em Filosofia (Prof-Filo); Mestrado Profissional em Química em Rede Nacional (ProfQui); Mestrado Profissional de Sociologia (ProfSocio); Mestrado Profissional em Ensino de Biologia em Rede Nacional (Prof-Bio); Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória); Mestrado Profissional em Ensino de Geografia (ProfGeo); Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (ProfEI); Mestrado Nacional Profissional Em Ensino de Física (MNPEF) (CAPES, 2025b).

Os programas profissionais existentes no Brasil estão centrados em algumas áreas: Educação, Saúde, Tecnologia e Engenharia, Gestão em Negócios, Meio Ambiente e Sustentabilidade. Esses programas formam o que se denominada "rede de programas profissionais".

Em 28 de junho de 2017, através da Portaria n. 131, o Ministério da Educação resolveu que a CAPES deveria regulamentar a submissão de propostas de cursos novos de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade profissional, em nível de mestrado e doutorado. Com isso, passou-se a contar também com cursos de doutorado profissional no país.

Numa perspectiva panorâmica, é possível identificar proximidades e particularidades entre as modalidades de programas de mestrado ou doutorado *stricto sensu*, acadêmicos e profissionais.

**QUADRO 1** – Breve contraste entre programas acadêmicos e profissionais

Aspecto do programa	Acadêmico	Profissional
Foco	Teoria e pesquisa científica	Aplicação prática e inovação
Produto final	Dissertação/Tese	Dissertação e produto técnico-tecnológico (PTT), Dissertação ou PTT, Trabalho de conclusão
Perfil do egresso	Pesquisador e docente universitário	Profissional com novas habilidades
Inserção social	Avanço da ciência e formação de pesquisadores	Solução de problemas reais e inovação, otimização de processos
Duração média	2 anos (mestrado), 4 anos (doutorado)	2 anos (mestrado), 3-4 anos (doutorado)
Exigência	Forte produção científica (artigos, eventos acadêmicos)	Produção aplicada (patentes, relatórios técnicos, manuais, <i>softwares</i> ); Sequências didáticas, jogos, sites etc.

**Fonte:** elaborado pelos autores (2025).

Os cursos de mestrados e doutorados acadêmicos, em sentido amplo, buscam desenvolver a produção intelectual, comprometida com o avanço do conhecimento e a relação com a economia, a cultura, a inclusão social e o bem-estar da sociedade, diferenciando-se por duração, complexidade, aprofundamento e natureza do trabalho de conclusão. Em sentido estrito, os mestrados e doutorados profissionais visam capacitação profissional qualificada para práticas avançadas, transferência de conhecimento para a sociedade, processos e procedimentos de inovação e desenvolvimento de novas metodologias e instrumentos de ensino e aprendizagem.

### Dinâmica do programa acadêmico: leitura a partir do PPGSS

Dentre as diversas áreas de avaliação da CAPES, destacamos a área 32 – Serviço Social, que é a única a não dispor de programas profissionais. A esse respeito, Pinheiro, Senna e Lara (2024, p. 27) asseveram categoricamente: "Dentre as 50 áreas de conhecimento reconhecidas pela CAPES, a área de Serviço Social é a única que não possui cursos profissionais", com oferta dos cursos exclusivamente na modalidade presencial.

Conforme o Documento da Área de Serviço Social (CAPES, 2025a), essa particularidade pode ser atribuída à natureza indissociável entre a dimensão interventiva e investigativa da profissão. Os PPG da área visam formar mestres e doutores capacitados para atuar na docência, na investigação em instituições de pesquisa, além da área de gestão e implementação de políticas públicas, contribuindo no aprimoramento profissional.

Os cursos acadêmicos de mestrado e doutorado em Serviço Social se constituem como um importante espaço de produção do conhecimento, conforme destacado pela CAPES (2025a). Nessa mesma perspectiva, Mota (2013) defende que o Serviço Social deve ser reconhecido não apenas como uma profissão, mas como uma área que sabe produzir conhecimento crítico, discursos qualificados acerca da realidade e das múltiplas

expressões da questão social<sup>3</sup>.

Dentre os 38 programas da área de Serviço Social até 2025 (CAPES, 2025a), neste artigo tomaremos como referência o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS), localizado no estado do Amazonas, na região norte do Brasil, uma unidade federativa com uma área territorial de 1.558.706,127km<sup>2</sup>, que contempla 62 municípios divididos em mesorregiões e microrregiões (IBGE, 2025a). Em 2025, continha uma população estimada em 4.321.616 habitantes (IBGE, 2025b).

O PPGSS é um programa pequeno diante de tantos outros da área de Serviço Social, mas tem uma trajetória interessante para ilustrar a reflexão sobre planejamento e avaliação, visto que essa conjugação de elementos foi decisiva para sua consolidação e para a elevação de sua avaliação junto à CAPES.

O PPGSS/UFAM foi criado em 2007, completando 18 anos de atividade em 2025, tendo como área de concentração Serviço Social, Políticas Públicas, Trabalho e Sustentabilidade na Amazônia. Conforme Andrade *et al.* (2024, p. 119), o programa "nasceu com o propósito de formar recursos humanos capazes de analisar, pesquisar e trabalhar considerando as especificidades da Região Amazônica".

A gênese e a institucionalização do PPGSS/UFAM representaram um avanço importante para o processo de qualificação profissional dos/as assistentes sociais e de profissionais de áreas afins no Amazonas. De acordo com o Relatório Quadrienal 2021-2024 do PPGSS/UFAM (UFAM, 2025), o programa já formou 191 mestres/as até dezembro de 2024, sendo que a maior parte desses egressos/as está inserida no mercado de trabalho.

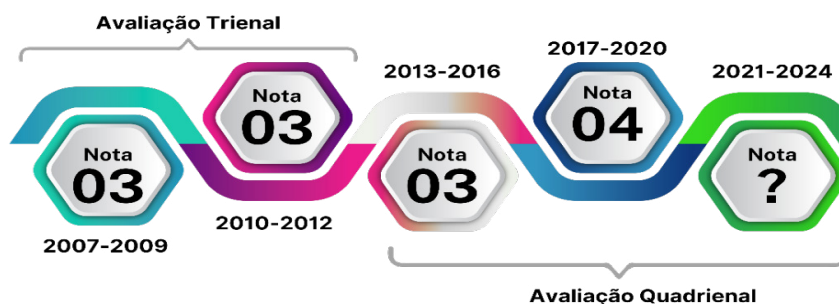
É importante ressaltar que, ao longo desses 18 anos de existência, o PPGSS/UFAM enfrentou percalços e deu saltos qualitativos para se consolidar como um programa acadêmico. A conquista da nota 4 na avaliação quadrienal 2017-2020 da CAPES em 2022 expressa um marco nesse árduo

<sup>3</sup> Entendida como produto da relação desigual entre capital e trabalho, isto é, as desigualdades são produzidas ao mesmo tempo que a riqueza é gerada (Iamamoto, 2006).

percurso. De acordo com Silva (2022), o planejamento e a autoavaliação foram ingredientes

vitalis para superar as três notas três.

**Figura 1** – Trajetória do PPGSS/UFAM em relação à avaliação no período 2007-2024



**Fonte:** elaborado pelos autores (2025).

A conquista da nota 4 reflete avanços do PPGSS/UFAM, dentre as quais, estão o amadurecimento do programa e de seus membros e a criação de Comissões de trabalho internas voltadas tanto para a superação de fragilidades quanto para o fortalecimento dos pontos positivos do programa (Silva, 2022).

Todas as decisões, escolhas metodológicas, ações de planejamento e avaliação foram pensadas e estruturadas nas diretrizes e procedimentos comuns da ficha de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* (Programa; Formação e Produção Intelectual; Impacto [regional, local, nacional e internacional]), nas particularidades do PPGSS/UFAM e em atenção ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Amazonas.

Ao tomar como base os eixos orientadores da Ficha de Avaliação da CAPES, é possível apresentar como o PPGSS/UFAM tem se organizado – a partir do planejamento e da autoavaliação – para promover avanços significativos que propiciem uma formação qualificada em consonância com o que é exigido para um programa acadêmico. No que se refere ao eixo “programa”, conforme a Ficha da CAPES, o programa passou por um processo de reestruturação visando articular a área de concentração, as linhas de pesquisa, as disciplinas e os projetos de pesquisa com área de Serviço Social, incorporando ainda as recomendações das avaliações quadrienais e

trienais anteriores.

Por meio desse processo de reestruturação, constata-se que a reformulação da matriz de 2022 foi de suma importância, uma vez que o programa necessitava de disciplinas obrigatórias e eletivas capazes de adensar as bases teórico-metodológicas do Serviço Social. A matriz de 2025 foi implementada em função da aprovação do doutorado.

O PPGSS/UFAM implementou um processo de credenciamento e reconhecimento para o corpo docente mais rigoroso e criterioso, acompanhado de avaliações anuais baseadas em parâmetros como qualificação acadêmica, experiência profissional, dedicação de tempo ao programa e produção científica. O programa fortaleceu estratégias para ampliar a participação e a inserção dos docentes nos grupos de pesquisa, além de incentivar o corpo docente à formação continuada.

No que se refere ao eixo “formação”, é importante considerar e avaliar tanto a qualidade da produção intelectual quanto a trajetória dos discentes e egressos do programa. O PPGSS/UFAM tem buscado, ao longo de sua trajetória, alinhar as dissertações às linhas de pesquisa e à área de concentração do programa.

O PPGSS/UFAM tem implementado estratégias sistemáticas para incentivar a produção intelectual de discentes e egressos, abrangendo artigos, livros, capítulos de livros e trabalhos em

anais, desenvolvidos em colaboração com seus orientadores. O programa tem promovido ações articuladas por meio da Comissão de Fomento à Publicação, da Comissão de Comunicação e da Comissão do Relatório Sucupira, com o objetivo de disseminar informações sobre periódicos qualificados da área de Serviço Social junto ao corpo docente, discente, aos egressos e à comunidade acadêmica em geral.

Na última avaliação quadrienal (2017-2020), o PPGSS/UFAM alcançou um excelente desempenho em relação à produção intelectual de discentes e egressos, registrando uma mediana de 0,409 no indicador de produção intelectual qualificada.

Torna-se relevante destacar que, por meio da Comissão do Relatório Sucupira, o programa tem obtido êxito na realização de cadastros qualificados de produções bibliográficas e técnicas com qualidade na Plataforma Sucupira. Essa iniciativa viabilizou a sistematização de dados quantitativos e qualitativos, os quais subsidiaram os relatórios das quadriennais de 2017-2020 e 2021-2024.

Na Avaliação Quadrienal (2017-2020) da CAPES, o programa alcançou o índice de 82,35% de inserção de egressos no mercado de trabalho, resultado que reflete o processo de formação profissional do PPGSS/UFAM e o acompanhamento sistemático do programa em relação ao destino de seus egressos.

Diante desse contexto, no que tange ao eixo "impacto na sociedade", sublinha-se que o programa tem conseguido promover impactos em âmbitos regionais, locais, nacionais e internacionais, contribuindo com a formação acadêmica qualificada, a transferência de conhecimento para a sociedade e a inserção de docentes, discentes e egressos nos movimentos sociais. Nesse aspecto, destaca-se o papel fundamental dos grupos de pesquisa vinculados ao PPGSS/UFAM, os quais atuam na disseminação do conhecimento produzido no programa, na promoção da participação social e na capacitação de movimentos sociais para atuarem nas diversas esferas da vida pública.

Por fim, é mister ressaltar que o planejamento estratégico e os processos de autoavaliação

constituem mecanismos vitais para a dinâmica do programa, orientando de forma integrada as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Essa estrutura não apenas fortalece a produção científica qualificada na área de Serviço Social, mas também gera impactos significativos no desenvolvimento regional ao produzir conhecimento acerca das diversas expressões da questão social presentes no território amazônico, e formar recursos humanos qualificados para atuarem nas diversas esferas das políticas públicas, bem como na docência.

### Desafios do programa profissional: reflexões a partir do Prof-Filo

Dos programas profissionais, daremos atenção à área 33 – Filosofia. Embora a área também disponha de programas acadêmicos, faremos o recorte para a modalidade profissional. O Programa de Pós-Graduação Profissional em Filosofia (Prof-Filo) nasceu da inquietação dos filósofos-docentes, particularmente aqueles que acreditam que a filosofia deve ultrapassar os muros das universidades e contribuir de forma efetiva na formação da cidadania na Educação Básica (Velasco, 2019).

Esse incômodo se consolidou com a criação do Grupo de Trabalho (GT) Filosofar e Ensinar a Filosofar da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia em 2005, com um espaço dedicado especialmente à discussão do Ensino de Filosofia na Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (Anpof).

A criação do GT foi a confluência de uma questão latente no espaço das universidades e das escolas da educação básica: que o ensino de filosofia não é apenas uma questão pedagógica, que a cisão no processo de formação dos discentes de filosofia entre disciplinas filosóficas e as disciplinas educacionais é falsa, tendo em vista que não é possível pensar o ensino de filosofia em modos meramente pedagógicos.

Parte-se, portanto, da perspectiva de que a ministração da disciplina filosofia tem implicações diretas com os problemas filosóficos, negando-se a falsa interpretação de que a filosofia está afei-

ta exclusivamente à pesquisa e à especulação metafísica e não ao seu ensino.

Estabeleceu-se no meio acadêmico brasileiro uma espécie de hierarquização em que os cursos de formação docente são historicamente considerados de segunda categoria. Nota-se com relativa facilidade que os problemas filosóficos nem sempre são considerados ao relacioná-los com o Ensino de Filosofia.

Foi a partir desse cenário que o Prof-Filo nasceu como um Programa *Stricto Sensu*, com uma natureza específica, o Ensino de Filosofia, ou seja, uma natureza concreta, efetiva, pragmática, contrapondo-se a uma natureza meramente especulativa dos cursos dos mestrados *stricto sensu* acadêmicos.

O Prof-Filo é um programa que se enquadra no conjunto dos mestrados profissionais. De forma explícita, objetiva capacitar professores atuantes na Educação Básica de estabelecimentos de ensino públicos federais, estaduais e privados para o ensino de filosofia.

Nesse sentido, é pertinente explicitar aspectos que possam auxiliar no entendimento acerca de o que é o Prof-Filo. Um primeiro aspecto – e acreditamos como fundamental – é afirmar categoricamente que o Prof-Filo não é um mestrado acadêmico, seja em sua estrutura curricular, ou sua operacionalidade, muito embora a titulação para o formado seja a mesma do mestrado acadêmico – mestre em Filosofia. Um segundo aspecto é que o Prof-Filo, embora seja um mestrado profissional, não pode ser alinhado aos mestrados profissionais de modo estrito, pois sua concepção de percurso formativo, seja do “produto” como resultado, seja da dissertação, não tem a mesma natureza. O processo de identificação, construção e inserção de transformações sociais implica inextricavelmente a reelaboração dos fundamentos teóricos de interpretação dessa realidade, ou seja, a criação de um produto educacional no Prof-Filo tem natureza eminentemente dialética.

O Prof-Filo é um programa em rede, em processo de expansão e consolidação, hoje com atividades nas regiões Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sul e Sudeste. Sua configuração em

rede se deu em 2017, com 16 núcleos, sediado na Universidade Federal do Paraná. Antes disso, em 2015, houve a criação do Mestrado Profissional em Filosofia e Ensino (MPFEN) no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ). A partir de 2023, foram criados novos núcleos, perfazendo um total de 25 núcleos (Pinto; Pereira, 2019).

O Prof-Filo iniciou seu planejamento estratégico em 2019, priorizando a superação de desafios organizacionais e de gestão, condição essencial para ampliar a produção acadêmica e avaliar o impacto formativo. O eixo central foi a implantação do SIGPROF em 2024, um sistema digital de gestão que possibilitou a integração dos dados das 25 IES participantes, fortalecendo a articulação em rede, a eficiência administrativa e o acompanhamento da produção com alcance nacional e inserção local. O planejamento busca equilibrar pesquisa e intervenção na educação básica, reforçando o caráter associativo do programa, complementado pelos planejamentos locais de cada IES, conforme suas especificidades.

Em sua história, o Prof-Filo foi submetido a uma avaliação pela CAPES, quadrienal: 2017 a 2020. Os avaliadores fizeram algumas recomendações no sentido de otimizar o programa: empenho na produção de produtos técnico-tecnológicos; produção com coautoria de docentes e discentes; construção de instrumentos de gestão e autoavaliação. A avaliação teve de modo geral resultado positivo, com atribuição do conceito 4 (UFPR, 2022).

Em 2022, foi constituída uma comissão interna composta por membros permanentes de cinco núcleos do programa. A comissão teve como tarefa fundamental comparar e analisar sistematicamente o Relatório Consolidado enviado para Avaliação Quadrienal à CAPES, o Relatório da Avaliação Quadrienal emitido pela CAPES e o Relatório de Autoavaliação dos núcleos participantes da Quadrienal.

O período de 2021 a 2024 foi marcado por um esforço coletivo de superar as limitações apontadas pela Comissão de Autoavaliação de 2022, que se instrumentalizou com a construção

de agenda periódica de reuniões de gestão nacionais e locais, Encontros Nacionais (ENPROF), construção de políticas de credenciamento e descredenciamento, reuniões regulares para fortalecimento das linhas de pesquisa, política de incentivo à organização regional por núcleos, além de ofertas de disciplinas em parcerias intergrupos.

Pensando o planejamento e a autoavaliação no percurso do Prof-Filo, tanto no cenário nacional quanto na UFAM, pode-se mencionar, em âmbito nacional, que o programa apresentou um bom desempenho na Quadrienal 2017-2024, tendo recebido o Conceito 4. No que refere ao núcleo da UFAM, identifica-se que tem buscado cumprir as exigências fundamentais do processo avaliativo, quanto a perfil do corpo docente e discente, tempo de qualificação e defesa, ofertas regulares de disciplinas, inserção social e visibilidade do programa.

À luz dos critérios de avaliação da CAPES, o núcleo da UFAM tem buscado, no eixo programa articular áreas de concentração e linhas de pesquisa dos projetos em andamento, manter um perfil docente compatível e adequado à proposta do programa, processo crescente de consolidação de autoavaliação com foco na autoavaliação e na produção intelectual.

No eixo formação, merece relevo a adequação das dissertações à área de concentração e às linhas de pesquisa do programa, o destino e a atuação dos egressos em relação à formação recebida, colocando-se como desafios a produção intelectual do corpo docente e o envolvimento do corpo docente em atividades de formação no programa.

No que é relativo à inserção na sociedade, ressalta-se o impacto e caráter inovador da produção intelectual em função da natureza do programa, sendo desafio otimizar o impacto econômico, social e cultural, a internacionalização e a inserção local, regional e nacional.

Por sua natureza em rede, o programa apresenta desafios significativos em sua operacionalidade, dentre os quais podemos referir: a) o planejamento de ações comuns ainda é incipien-

te; b) poucos núcleos conseguem fazer ofertas regulares de disciplinas optativas compartilhadas em modalidade remota ou síncrona; c) a incorporação está mais consolidada dos núcleos nas instituições sedadoras. Numa perspectiva mais ampla da rede, destacam-se: a) ausência de um plano de autoavaliação; b) ausência de procedimentos, instrumentos e relatórios padronizados de autoavaliação dos núcleos; c) ausência de informação sobre a constituição de comissões de autoavaliação em vários núcleos; d) restrita ou inexistente divulgação dos resultados de autoavaliações dos núcleos; e) uso limitado dos resultados como orientador do planejamento estratégico.

Para superação desses desafios, é fundamental repensar a organização e o planejamento e, para tanto, um caminho possível é a constituição de Comissão de Autoavaliação representativa com todos os membros da comunidade, docentes, discentes e técnicos, além da elaboração de um Plano Nacional de Autoavaliação.

### Considerações finais

O planejamento e a autoavaliação são importantes aliados para a consolidação dos programas de pós-graduação, sejam acadêmicos ou profissionais, não devendo ser encarados como vilões ou algozes, prontos a expor as fraquezas e rebaixar as notas dos programas. Mais do que critérios de avaliação da CAPES, são ferramentas gerenciais com poder de redirecionar os passos dos programas na direção de sua excelência, sem perder de vista suas características, sua identidade, seu diferencial.

Um programa precisa ter no seu horizonte seus ideais, reconhecendo seus potenciais, a capacidade instalada em sua instituição, os diferenciais e as fortalezas de sua comunidade acadêmica, para, então, também vislumbrar seus pontos mais sensíveis ou carentes de aprimoramento.

Tanto os programas acadêmicos quanto os profissionais precisam responder às normativas da CAPES, são submetidos aos processos de avaliação quadrienal e devem apresentar desempenho compatível com os parâmetros de

qualidade estabelecidos nacionalmente. Isso não significa forjar ou dissimular dados; implica construir um caminho que resguarde suas características, suas peculiaridades, mas que não desconsidere as normas de avaliação, porque este seria um equívoco para sua sobrevivência.

## Referências

ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de *et al.* Debutando na Amazônia: os 15 anos do PPGSS da UFAM e sua contribuição para a sociedade. In: SANTANA, Joana Valente; BURGINSKI, Vanda Micheli. *A Pós-Graduação na Regional Norte da ABEPSS e sua importância para a sociedade: desafios, resistências e estratégias*. Palmas: EdUFT, 2024. 176 p.

BAPTISTA, Myrian Veras. *Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação*. 2 ed. São Paulo: Veras; Lisboa: CPIHTS, 2003.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. *Parecer nº 977/65, C.E.Su. aprov. em 3-12-65*. Brasília, 1965. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/parecer-cesu-977-1965-pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria Nº 389*, de 23 de março de 2017. Brasília, 2017. Disponível em: <https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=241#anchor>. Acesso em: 5 ago. 2025.

CAPES. *Autoavaliação de Programas de Pós-Graduação: Grupo de Trabalho*. Brasília, 2019.

CAPES. *Documento de Área de Serviço Social Área 32*. Brasília, 2025a. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colegio-de-humanidades/ciencias-sociais-aplicadas/servico-social>. Acesso em: 30 jul. 2025.

CAPES. Observatório da CAPES: programas de pós-graduação. Brasília, 2025b. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/painel>. Acesso em: 20 ago. 2025.

CAPES. *Plano Nacional de Pós-Graduação 2025-2029*. Brasília, 2025e. Disponível em: [https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/14072025\\_PNPG\\_20252029\\_FINALV3.pdf](https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/14072025_PNPG_20252029_FINALV3.pdf). Acesso em: 15 ago. 2025.

CAPES. *Portaria nº 47 de 17 de outubro de 1995*. Brasília, 1995. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-Capes-47-1995-10-17.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2025.

CAPES. *Programa de Mestrado Profissional para Professores da Educação Básica – ProEB*, 2025c. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-a-distancia/proeb>. Acesso em: 15 ago. 2025.

CAPES. *Sobre a CAPES*. Brasília, 2025d. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/sobre-a-cap>. Acesso em: 30 jul. 2025.

IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IBGE. *Cidades e Estados*. Rio de Janeiro, 2025a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am.html>. Acesso em: 02 ago. 2025.

IBGE. *Estimativas da População*. Rio de Janeiro, 2025b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>. Acesso em: 5 set. 2025.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MANGINI, Fernanda Nunes da Rosa. *Planejamento social*. Santa Maria: UFSM, 2023. *E-book*. Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/28329/MD\\_Planejamento\\_Social\\_Ebook.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/28329/MD_Planejamento_Social_Ebook.pdf?sequence=1). Acesso em: 2 jul. 2025.

MARX, Karl. *O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital*. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOTA, Ana Elizabete. Serviço Social brasileiro: profissão e área do conhecimento. *Revista Katálysis*, ls. l., v. 16, n. spe, p. 17-27, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/gkN3x6tySLZWBNGKsHk4rBS/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 3 set. 2025.

PINHEIRO, Hamida Assunção; SENNA, Mônica de Castro Maia; LARA, Ricardo. A pós-graduação stricto sensu brasileira na área de Serviço Social: avanços e desafios em uma era de austeridade. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 57, p. 22-35, dez. 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/88445/52628>. Acesso em: 18 ago. 2025.

PINTO, Felipe Gonçalves; PEREIRA, Tais Silva. Produtos educacionais de filosofia: a produção do mestrado profissional e seu contexto. *O que nos faz pensar*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 44, p. 108-132, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/oqnf/article/view/673>. Acesso em: 2 ago. 2025.

RBPG. Programa de Flexibilização do Modelo de Pós-Graduação Senso Estrito em Nível de Mestrado. *RBPG*, ls. l., v. 2, n. 4, p. 145-146, jul. 1995. Disponível em: <https://www.bing.com/search?q=programa+de+flexibiliza%C3%A7%C3%A3o+do+modelo+de+p%C3%B3s-gradua%C3%A7%C3%A3o+senso+estrito+em+n%C3%ADvel+de+mestrado&form=ANNTH1&refid=68c06a9cf-7f347968c16bg10e312db0f&pc=SMST>. Acesso em: 5 set. 2025.

SILVA, Escarlete Raissa Evangelista da. *Avaliação da Pós-Graduação em Serviço Social em xeque: caminhos, avanços e desafios de um programa na Amazônia*. 2022. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/q246>. Acesso em: 30 jul. 2025.

UFAM. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS). *Relatório Quadrienal 2021-2024*. Brasília: CAPES, 2025.

UFPR. Programa de Pós-Graduação Profissional em Filosofia. *Relatório sobre Avaliação Quadrienal CAPES 2017-2020*. Curitiba, 2022. Mimeografado.

VELASCO, Patricia Del Nero. O que é isto – o PROF-FILO? *O que nos faz pensar*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 44, p. 76-107, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://oquenos-fazpensar.fil.puc-rio.br/oqnfpa/article/view/659/601>. Acesso em: 2 ago. 2025.

---

### Roberta Ferreira Coelho de Andrade

Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Assistente Social. Pós-Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora Associada do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da UFAM. Líder do Grupo de Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS). Bolsista Produtividade em Pesquisa pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

---

### Aldair Oliveira de Andrade

Pós-Doutorado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas-Unicamp. Professor do Departamento de Filosofia e do Programa de Filosofia – Prof-Filo da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Líder do Grupo de Pesquisa Temppus- Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Teoria Social Crítica, Estado, Movimentos Sociais e Políticas Sociais.

---

### Evelyn Barroso Pedrosa

Mestra em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), bacharel em Serviço Social pela UFAM e membro do Grupo de Estudos de Serviço Social, Trabalho e Direitos na Amazônia (ESTRADAS).

---

### Endereço para correspondência

**ROBERTA FERREIRA COELHO DE ANDRADE**

[robtaferreira@ufam.edu.br](mailto:robtaferreira@ufam.edu.br)

**ALDAIR OLIVEIRA DE ANDRADE**

[aldairandrade@ufam.edu.br](mailto:aldairandrade@ufam.edu.br)

**EVELYN BARROSO PEDROSA**

[ebjolie@gmail.com](mailto:ebjolie@gmail.com)

*Os textos deste artigo foram revisados por Araceli Pimentel Godinho e submetidos para validação dos autores antes da publicação.*